



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000

LEI COMPLEMENTAR Nº 092, DE 16 DE JUNHO DE 2022.

*“Altera dispositivos da Lei Complementar
nº 07/2009 (Código Tributário Municipal)
referentes ao processo contencioso fiscal; e
dá outras providências.”*

Eu, **PREFEITO DE PORTO NACIONAL**, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do *caput* do Art. 438, o *caput* do Art. 439, o *caput* do Art. 441, os incisos I e III do *caput* do Art. 465, o *caput* do Art. 466, o inciso I do *caput* do Art. 469, o *caput* do Art. 473, o *caput* do Art. 474, o *caput* do Art. 475, todos estes dispositivos da Lei Complementar nº 07, de 29 de dezembro de 2009, Código Tributário Municipal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 438.

I – em primeira instância, os Agentes da Secretaria responsável pela área fazendária, incumbidos da Fiscalização dos Tributos Municipais.”

Art. 439. *Elaborada a contestação fiscal, o processo será remetido ao julgador de primeira instância, que cientificará o contribuinte sobre o conteúdo da contestação fiscal, para que o contribuinte possa contrapor as razões do fisco. ”*

Art. 441. *Se entender necessárias, a Autoridade Julgadora determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000

passivo, a realização de diligências, inclusive perícias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis.”

Art. 465.

I – deverá ser dirigida ao julgador de primeira instância, constando obrigatoriamente:

III – não produzirá qualquer efeito e será indeferida de plano, pelo julgador de primeira instância, quando:”

Art. 466. *Ao julgador de primeira instância, encarregado de responder à consulta, caberá:”*

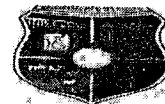
Art. 469.

I – pelo Julgador de Primeira Instância, quando não houver recurso;”

Art. 473. *O Conselho Municipal de Contribuintes é órgão de deliberação coletiva com o objetivo de auxiliar a Administração Municipal na orientação, interpretação e julgamento de matéria de sua competência, sujeita a legislação própria e afeta à Secretaria Municipal de Fazenda.”*

Art. 474. *Os membros do Conselho Municipal de Contribuintes serão escolhidos dentre aqueles que detenham conhecimento jurídico, preferencialmente com formação em nível superior.”*

Art. 475. *Os Membros Julgadores do Conselho Municipal de Contribuintes, responsável pelo julgamento de exigência de tributos municipais e imposição de penalidades pelo descumprimento de obrigações tributárias, terão a seguinte composição:”*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000

Art. 2º O Art. 437 passa a vigorar acrescido de §3º, o Art. 439 passa a vigorar acrescido de Parágrafo único, o *caput* do Art. 473 passa a vigorar acrescido dos incisos I, II, III e IV e dos §1º, §2º, §3º, §4º, §5º, §6º, §7º e §8º, o *caput* do Art. 474 passa a vigorar acrescido do §1º, §2º, §3º e §4º, o *caput* do Art. 475 passa a vigorar acrescido dos incisos I e II, todos estes dispositivos da Lei Complementar nº 07, de 29 de dezembro de 2009, Código Tributário Municipal.

Art. 437.

§3º A Autoridade Fiscal, responsável pelo procedimento, ou seu substituto, poderá deixar de produzir contestação fiscal caso entenda pela manutenção integral, em seus próprios termos, do ato impugnado.

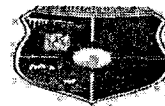
Art. 439.

Parágrafo único. Os julgadores de primeira instância serão designados pelo Secretário Municipal responsável pela área fazendária entre os servidores integrantes do quadro da fiscalização tributária municipal.

Art. 473.

§1º O Conselho Municipal de Contribuintes tem a seguinte estrutura:

- I - presidência e vice-presidência;*
- II - membros julgadores;*
- III - representantes fazendários;*
- IV - secretaria geral.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000

§2º Os membros do Conselho Municipal de Contribuintes indicados nos incisos I e II, do Art. 473, serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§3º A presidência do Conselho Municipal de Contribuintes, bem como sua vice-presidência, será ocupada por servidores integrantes de cargos de carreira fazendária, incumbidos da Fiscalização dos Tributos Municipais.

§4º À Secretaria Geral, chefiada por servidor efetivo designado pelo Secretário Municipal da Fazenda, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente, compete a execução dos serviços administrativos de apoio e controle afetos ao Conselho Municipal de Contribuintes.

§5º Denomina-se, para fins desta Lei Complementar, representação fazendária como aquela exercida por servidores integrantes de cargo de carreira fazendária, incumbidos da Fiscalização dos Tributos Municipais.

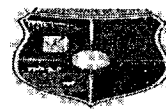
§6º Os representantes fazendários serão designados pelo Secretário Municipal de Fazenda.

§7º A representação fazendária promoverá a sustentação do interesse do fisco municipal em sede de processo contencioso fiscal, objetivando:

I - acompanhar os processos em julgamento;

II - manifestar pela confirmação ou reforma das decisões e sustentar o interesse do fisco em sede de recursos administrativos;

III - propor diligências quando necessárias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

ESTADO DO TOCANTINS

CASA CIVIL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000

IV - promover a sustentação oral do interesse do fisco nas sessões de julgamento;

§8º Os Conselheiros, efetivos ou suplentes, o secretário do conselho, efetivo ou suplente, e os representantes fazendários, efetivos ou suplentes, perceberão gratificação de função, por convocação do conselho e respectivo comparecimento.

Art. 474.

§1º O mandato dos membros titulares e dos suplentes, dos cargos determinados nos incisos I e II, do § 1º, do Art. 473, serão de 2 (dois) anos, permitida recondução.

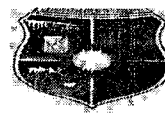
§2º O membro titular ou suplente, permanecerá na função até a posse do novo titular ou suplente.

§3º Os membros, titulares ou suplentes, perderão o mandato pelas faltas não justificadas às sessões de julgamento e desídia no exercício de suas funções.

§4º Os membros do Conselho Municipal de Contribuintes e seus suplentes poderão afastar-se para ocupar cargo ou função na administração municipal, sem perda da titularidade ou suplência, retornando as funções, cessados os motivos que provocaram o afastamento."

Art. 475.

I - 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) suplentes, representantes dos sujeitos passivos, escolhidos dentre os indicados em lista tríplice por entidades representativas de classe, devendo ser consultadas dentre outras a Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Nacional – CDL, o Conselho



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

ESTADO DO TOCANTINS

CASA CIVIL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000

Regional de Contabilidade – CRC e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;

II - 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) suplentes, representando o Fisco Municipal, escolhidos dentre os servidores integrantes de cargo de carreira fazendária.

III - 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, escolhidos dentre os servidores integrantes de cargo de carreira fazendária, incumbidos da Fiscalização dos Tributos Municipais.

Art. 3º Ficam revogados o parágrafo único do Art. 473, o § 1º e o §2º do Art. 479, dispositivos estes da Lei Complementar nº 07, de 29 de dezembro de 2009, Código Tributário Municipal.

Art. 4º Ficam mantidos os atuais membros do Conselho Municipal de Contribuintes até o encerramento de seus respectivos mandatos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

**PALÁCIO DO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PREFEITO DE PORTO NACIONAL**, aos 14 de junho de 2022.

RONIVON MACIEL GAMA

Prefeito de Porto Nacional